



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA  
DEPARTAMENTO DE HABILITAÇÕES PEDAGÓGICAS**

**MILANE ROCHA DE OLIVEIRA**

**INCLUSÃO DE SURDOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL:  
*Algumas Reflexões***

**JOÃO PESSOA – PB**

**2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA**

**MILANE ROCHA DE OLIVEIRA**

**INCLUSÃO DE SURDOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL:**

**Algumas Reflexões**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da UFPB como requisito parcial para a conclusão do Curso de Graduação, tendo como orientadora a professora Dra. Sandra Alves da Silva Santiago.

**JOÃO PESSOA – PB**

**2013**

MILANE ROCHA DE OLIVEIRA

**INCLUSÃO DE SURDOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL:**  
**Algumas Reflexões**

APROVADA EM:\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. SANDRA ALVES DA SILVA SANTIAGO  
Orientadora

---

Profº. Ms. MARIA TEREZA LIRA DE OLIVEIRA  
Examinadora

JOÃO PESSOA

2013

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em especial a Deus que me permitiu alcançar mais um objetivo em minha vida, que me deu força para suportar todos os momentos difíceis que passei nesta caminhada acadêmica.

Não poderia deixar de agradecer aos meus pais que sempre me incentivaram a buscar o conhecimento para vencer, se não fosse por eles não teria chegado até aqui.

Aos meus amigos que se fizeram presentes e que respeitaram as minhas ausências nos momentos em que não pude estar presente.

Ao meu noivo que sempre me deu força e incentivo.

Aos professores que passaram pela minha formação. Ao meu grande “Mestre” amigo e educador Gilberto Silva que contribuiu de forma muito especial na minha caminhada profissional.

Agradeço a minha orientadora Sandra Santiago, a qual tenho muita admiração pelo seu conhecimento e que aceitou meu convite e me orientou de forma muito enriquecedora sobre a temática escolhida.

“Na verdade, o inacabamento do ser ou sua inconclusão é próprio da experiência vital. Onde há vida, há inacabamento.”

Paulo Freire

## **RESUMO**

O presente trabalho de conclusão de curso tem por objetivo como objetivo geral analisar o processo de inclusão de uma criança surda na educação infantil. Para este fim, optamos por utilizar uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa de campo. Na pesquisa bibliográfica nos apoiamos nas ideias de Santiago (2003 e 2011) e Sassaki (2006), além dos documentos oficiais como a LDB 9.394 (1996) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (1998). Os resultados da pesquisa demonstraram que a história da educação de surdos (como de outras deficiências) sempre foi rejeição e dificuldades e que na atualidade, apesar dos avanços, ainda persiste a falta de respeito à diferença do surdo, em razão do desconhecimento por parte de educadores e da família. Salienta-se ainda que a criança surda precisa ser assistida desde a educação infantil.

Palavras-chave: Surdos, Inclusão, Educação Infantil.

## **ABSTRACT**

This work of completion is objetivo como general objective to analyze the process of inclusion of a deaf child in kindergarten. To this end, we chose to use a literature search and a search field. In literature we rely on the ideas of Santiago (2003 and 2011) and Sasaki (2006), as well as official documents LDB 9394 (1996) and the National Curriculum Guidelines for Early Childhood Education (1998). The research results show that the history of deaf education (as other disabilities) has always been rejection and difficulties and that today, despite the advances, there is still a lack of respect to the difference of the deaf, due to the lack of knowledge of educators and family. Note also that the deaf child must be assisted from early childhood education.

Keywords: Deaf, Inclusion, Childhood Education.

## **LISTA DE SIGLAS**

**CADEME – Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais.**

**ABRADEF – Associação Brasileira dos Deficientes Físicos.**

**LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação.**

**APAE – Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais.**

**INES – Instituto Nacional de Educação dos Surdos.**

**CNE – Conselho Nacional de Educação.**

**CEB – Câmara da Educação Básica.**

**LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais.**



## SUMÁRIO

<b>I. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>II. A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....</b>	<b>12</b>
2.1. O Processo de Exclusão na Idade Antiga.....	12
2.2. O Processo de Segregação na Idade Média.....	13
2.3. O Processo de Integração na Idade Moderna.....	15
2.4. O Processo de Inclusão na Idade Contemporânea.....	17
<b>III. A EDUCAÇÃO DA PESSOA SURDA.....</b>	<b>19</b>
3.1. A Educação dos Surdos no Mundo.....	19
3.2. O Processo de Exclusão e Inclusão dos Surdos no Brasil.....	20
3.3. A Criança Surda na Educação Infantil.....	22
<b>IV. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>25</b>
4.1. Tipo de Pesquisa.....	25
4.2. Campo de Pesquisa: Creche Berçário Clotilde Rodrigues Catão.....	25
4.3. Sujeitos da Pesquisa.....	27
4.4. Instrumentos da Pesquisa.....	27
4.5. Apresentação e Análise de Dados.....	28
4.5.1. Dados da Mãe.....	28
4.5.2. Dados da coordenadora da educação infantil.....	29
4.5.3. Dados da professora.....	31
4.5.4. Dados da gestora.....	32
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>35</b>

## REFERÊNCIAS

## APÊNDICE

## **I. INTRODUÇÃO**

Esta monografia teve como objetivo geral analisar o processo de inclusão de uma criança surda na educação infantil. Tomamos como campo de investigação a Creche Berçário Clotilde Rodrigues Catão, situada na cidade de Bayeux, no bairro Mário Andreazza. Com objetivos específicos, pretendemos identificar como está sendo realizado o trabalho pedagógico com a criança com deficiência auditiva e se os profissionais da creche estão preparados para atender as necessidades do surdo na perspectiva da inclusão.

Infelizmente vivemos numa sociedade enraizada de preconceitos e quando se trata de alguma pessoa com deficiência é que se torna mais resistente. A sociedade que vivemos onde o sistema capitalista é dominador e controlador está destruindo a muitos, pois a preocupação pelo outro se tornou insignificante.

Por outro lado sabemos que o ser humano se assusta com o novo, e processo pode se estender por muito tempo, principalmente quando a sociedade ainda exige um padrão de normalismo que todos precisam ter. No entanto, não podemos desistir. É importante que nas inquietamos com o que está instituído e façamos de nossas inquietações pessoais e profissionais, os ingredientes para promover a mudança.

A escolha por esta temática surgiu a partir do 5º período do curso de pedagogia, pois percebi que é preciso conhecimento na área de inclusão, e enquanto pedagoga precisava conhecer a referida temática para melhorar meu conhecimento que até então era muito deficiente e errôneo.

A pesquisa foi desenvolvida em dois momentos. No primeiro momento foi a pesquisa bibliográfica sobre o tema específico, analisados diversos autores que deram subsídios necessários para conhecer o tema. Destacamos as ideias Santiago (2011) e Sasaki (2006) além dos dispositivos legais, tais como a LDB 9394 (1996) e as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil (1998).

No segundo momento realizamos pesquisa de campo com a participação de docente, mãe, coordenadora e gestora da creche usando questionário com questões abertas onde foram obtidas muitas informações que incrementaram esta pesquisa.

Assim, no capítulo II e III demonstramos que a trajetória das pessoas com deficiência foi de muita resistência, pois eles já eram excluídos desde a antiguidade, mas que a exclusão ainda existe. No processo histórico a pessoa com deficiência era vista como incapaz castigada pelos deuses, seres inoperantes, que não podiam fazer parte da sociedade por não serem iguais aos outros. Mas, no presente não é tão

diferente. As pessoas surdas ainda são desvalorizadas no ambiente educacional e fora dele. Os profissionais por desconhecimento da surdez e da libras acabam impedindo o desenvolvimento do surdo.

Por fim, esperamos que a pesquisa tenha trazido conhecimentos a instituição sobre um tema que ainda é muito restrito. A educação precisa avançar em todos os aspectos que estejamos relacionados à inclusão, é um fato que não é novo, que vem de muitos anos de luta para sua regulamentação, para que todas estas crianças estejam inseridas nas salas de ensino regular, desconstruindo um pensamento que impossibilita a sociedade enxergar a inteligência que o surdo possui.

## **II. A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

### **2.1. O Processo de Exclusão na Idade Antiga**

Com a presença do Estado sendo o responsável por todas as decisões, as pessoas com deficiência, em determinado acontecimento, não poderiam estar presentes, porque atrapalharia o trabalho que o grupo executaria. Dessa forma, muitos eram mortos. Existem alguns registros de situações de exclusão que eram adotadas naqueles tempos.

Segundo Santiago (2011), no Egito como em outras civilizações, a deficiência era vista como castigo dos deuses, sendo assim, pessoas que não pudessem contribuir nas batalhas eram castigadas com as mutilações.

Os conflitos que aconteceram na civilização egípcia por causa de alimento, território ou poder prejudicaram os seus filhos, pois muitos eram mutilados quando a batalha era perdida, e essa prática era típica dos que venciam. Sendo assim, a pena estabelecida para os perdedores era: cegueira, surdez, amputação de mãos, etc.

A civilização egípcia encontra-se numa região onde a chuva é muito escassa, mas com a existência do Rio Nilo existiam muitas pessoas que sobreviviam do trabalho pesado. Mas por volta do mês de Julho o rio inundava e a população que ali existia precisavam fugir da tragédia. Dessa forma, as pessoas que possuíam alguma deficiência morriam, pois as suas limitações os impediam de ter a mesma agilidade que os outros.

Além das questões geográficas, os egípcios selecionavam os melhores homens para o combate. Evidentemente, os escolhidos estavam entre os camponeses. Mas não podiam apresentar qualquer deficiência, pois para esta função era preciso que todos estivessem em “perfeito funcionamento”.

Os pobres não tinham direito a educação, aprendiam apenas o que era passado pelos seus pais, ou seja, todo o trabalho que deveria ser executado durante o dia que era: a pesca, a agricultura, a caça e outros. As ciências e a escrita eram direcionadas à quem estava no poder. Segundo Santiago (2011, P. 30), “Ser deficiente nesta camada social implica em exclusão”.

A deficiência e a procura pela cura eram conhecidas por poucos, pois existia um grande índice de analfabetos, pois as camadas subordinadas não podiam adquirir conhecimento.

A Mesopotâmia passa por alguns problemas de seca assim como o Egito. O Solo se fosse trabalhado, com os cuidados necessários, chegava a produzir, mas era preciso que a mão-de-obra tivesse muita força e saúde para atingir aos objetos que era a

colheita. Mas, para pessoas com deficiência não seria possível, pois com algumas limitações, não poderiam executar esse trabalho.

O povo sumério tinha o solo muito fértil, e dessa forma grande parte da população trabalhava semeando trigo, cevada, cebolas, pepinos, legumes e tamareiras, dessa forma, eles necessitam de homens saudáveis sem qualquer deficiência mental ou física. A escrita era considerada difícil, pois os hieróglifos tinham 500 sinais para serem decodificados e as pessoas com deficiência e os pobres não tinham capacidade para aprender, pois era muito difícil. Portanto, entre os sumérios era difícil uma pessoa com deficiência trabalhar atividades mais pesadas, e também ascender no mundo intelectual.

Segundo Santiago (2011) os sumérios e outros povos antigos acreditam que as pessoas surgiram a partir do barro. Quando os deuses zangavam-se, expunha seu ódio através de calamidades naturais a todos. Portanto, nos povos antigos a religião é quem mantinha o poder de dominação, inclusive sobre os costumes e os aprendizados desenvolvidos com as pessoas com deficiência, que mais tarde isso se tornou oculto, pois o que era mais relevante seriam os interesses que a classe possuísse. Essa idéia foi se fortalecendo e a sociedade perpassando por mudanças, fez com que a igreja tornou-se a solução para os problemas das pessoas com deficiências, sendo assim a igreja foi considerada um único espaço que abrigava as pessoas com deficiências, para dar as orientações necessárias tornando-se um espaço para os excluídos.

Era um período onde a higienização era precária, dessa forma, quando as epidemias vinham à tona, havia um grande índice de mortalidade. Quando as pessoas não morriam, mas ficavam as sequelas e as mutilações se expandiam, tornando-as limitadas. Muitas vezes o sacrifício era a melhor escolha, sobretudo se oriundos da classe social, mas baixa.

Em linhas gerais podemos afirmar que a Idade Antiga é de fato um período de exclusão das pessoas com deficiência.

## **2.2. O Processo de Segregação na Idade Média**

Na Idade Média a sociedade era dominada pela Igreja, pois ela possuía todo conhecimento que era julgado necessário para o homem, e tudo aquilo que ia de encontro com a igreja era tido como heresia. Durante esse período acreditava-se que as deficiências eram manifestações divinas. As pessoas com algum tipo de deficiência

eram relacionadas à imagem do diabo e às ações de bruxaria, pois o homem era colocado como imagem e semelhança de Deus, isto é, um ser perfeito.

Neste período surge a idéia de segregação das pessoas com deficiências com o objetivo de derrubar a prática da exclusão social.

Se em determinadas culturas tinham o costume de eliminar os sujeitos que possuísem algumas deficiências em outras tomaram a prática de interná-las em instituições aonde elas iriam receber atividades que ocupassem o seu tempo. A segregação das pessoas com deficiências ocorre, uma vez que, as mesmas possuem características que os demais não apresentam, desta maneira passa a ser enfrentado como o fator de negação. (SASSAKI, 2006, p.30).

Desse modo, a família com a intenção de ganhar a salvação, de se libertar de algum castigo entregava seus filhos para a igreja cuidar, pois os familiares acreditavam que era punição de Deus as pessoas se encontrarem naquela condição. Assim, a instituição religiosa passou a receber doações em troca de acolher esses sujeitos. Essas doações chamadas de indulgências além de garantir a salvação eram usadas para construção de orfanatos, asilos ou abrigos para cuidar dos sujeitos com deficiências. Com a igreja passando a frente e se disponibilizando para cuidar desses indivíduos passa a ganhar mais poder, riqueza e controle sobre a sociedade.

Esses estabelecimentos eram construídos longe da população, onde as pessoas com deficiências eram mantidas afastadas de seus familiares, permaneciam incomunicável e tinham a sua liberdade privada. Em contrapartida, a maioria da população sentia-se segura.

De acordo com Sasaki (2006):

As instituições foram se especializando para atender pessoas por tipo de deficiência. Assim a segregação institucional continuou sendo praticada. A idéia era de prover, dentro das instituições, todos os serviços possíveis já que a sociedade não aceitava receber pessoas com deficiência nos serviços existente na comunidade. (SASSAKI, 2006, p. 30).

De todo modo, as instituições se especializaram para atender as pessoas com deficiências dando a elas a oportunidade de realizar os ofícios que a sociedade pensava que as mesmas eram incapazes de efetivar. Portanto qualquer ser humano que nascesse com qualquer deficiência nessa época sofria muito, pois não conseguiam alcançar os objetivos que muitos sonhavam, o que tinha para eles era o castigo, o preconceito construído pela sociedade. Os que mantinham o poder da sociedade criavam para os que

possuíam alguma deficiência um espaço de marginalização não permitindo viver em sociedade.

Segundo Santiago (2011, p. 146), “O que acontece é que a deficiência se enquadra no grupo das marginalidades produzidas pela ideologia da classe dominante.”

Nessa época com todo esse controle a educação era de forma violenta tanto nas famílias, nos feudos ou nos mosteiros. Sendo assim, as pessoas permaneciam analfabetas, apenas com oralização, não permitindo a sociedade ocupar nenhum espaço, pois apenas quem tinha oportunidade de obter o conhecimento através dos registros escritos e das outras de conhecimento científico era a classe dominante.

### **2.3. O Processo de Integração na Idade Moderna**

Mesmo com a presença do Catolicismo e do Protestantismo cada qual defendendo suas idéias, muitos fatos continuaram ocorrendo, pois as mudanças foram mínimas no que diz respeito às pessoas que possuíssem alguma deficiência. A igreja ainda insistia com a idéia de que pessoas que apresentasse alguma dificuldade de executar qualquer atividade por possuir alguma limitação, esta limitação como castigo, sendo assim, elas poderiam ter convívio social. Cada religião preocupava-se apenas com os status que poderiam adquirir e os debates sobre as deficiências não era algo relevante para os mesmos.

Há uma comparação muito forte entre o processo de perseguição da igreja católica contra os hereges e as pessoas com deficiência. Segundo Santiago:

A Reforma Calvino e Lutero, embora apresentasse pontos de discórdia com a Igreja Católica, na questão de perseguição aos hereges e na visão sobre as deficiências se assemelhavam. Assim, tão cedo, as pessoas com deficiência não atraíam sobre si olhares diferenciados; pelo menos através dos representantes de deus. Seria preciso, portanto, outra fonte de interpretação do mundo e do home que para este público alcançasse esperanças de futuro, para que tantas crianças não fossem mortas desde cedo, vítimas do abandono em praças públicas, comidas por animais, antes que conseguissem ser recolhidas por alguma instituição de caridade organizada pela igreja. (SANTIAGO, 2011, p. 163)

Quando a igreja percebe que o desenvolvimento científico cresce de forma avassaladora, ela age de maneira destruidora, matando pessoas e usando o nome de deus para justificar tais atos. Desse modo percebe-se que independente de qualquer religião existente naquele período, os métodos de exclusão continuavam se fortalecendo.

Com a modernidade, o homem usa o conhecimento científico para reabilitar as pessoas, permitindo-as que fiquem parecidas com as pessoas aparentemente perfeitas. Dessa forma a medicina vem com o intuito de afirmar que cada deficiência poderia ser resolvida, eliminada, subordinada, ou seja, curada.

Para chegar às explicações científicas sobre a deficiência, foram perseguidos e mortos muitos cientistas que fizeram grandes descobertas. Esse conhecimento permitiu esclarecer que a deficiência estava ligada ao campo médico, ou seja, não deveria ser vista como natureza religiosa.

Durante o século XVI, muitos pesquisadores como Para Celso apresentam a oportunidade de se dedicar as novas explicações para a questão da deficiência, agora, procurando se distanciar da superstição e aproximar-se da ciência. No entanto, a produção destes indivíduos ilustres como já foi visto, não era fácil, sendo necessárias algumas concessões para continuar fazendo ciências. (SANTIAGO, 2011, p. 173)

A contribuição dos autores contemporâneos justificou muitas idéias sobre as dificuldades que as pessoas com deficiência possuíam. Um deles foi Carda no que tratou especificamente da surdez, mostrando que a referida deficiência não os impediria de escrever e ler. Infelizmente essa preocupação não era para todos, pois no século XVI e XVII a educação era direcionada apenas para os filhos das famílias que estavam no poder, pois era necessário assumir os negócios da família.

Apesar de todo avanço, não foi possível expandir uma educação de surdos para todos, pois, os intelectuais tinham um comprometimento com os burgueses, porque eram eles que custeavam tudo, então dessa forma, as classes menos favorecidas ficavam longe do crescimento. Segundo Santiago (2011, p. 184), “apesar de tantos avanços no campo científico, parece que pouco ou nada repercutiu sobre o atendimento destinado as pessoas com deficiências”.

É na Idade Moderna que se dá o aumento das instituições criadas para resguardar essas pessoas que eram vistas como um mau para a sociedade. Neste espaço eles ainda tinham tratamento desumano; eram maltratados como animais e não tinham nenhum acompanhamento que pudesse contribuir para as suas melhorias. Apesar de todo avanço científica muita coisa não avançou sobre o atendimento as pessoas com deficiência.

No entanto, percebe-se que este descompasso está diretamente ligado a questão socioeconômica. Nessa época, a ciência começa a fortalecer a importância da aprendizagem das pessoas com deficiência se das massas, mas só as mais abastadas economicamente é que tem acesso às descobertas e inventos da ciência moderna.



## 2.4. O Processo de Inclusão na Idade Contemporânea

No período dos anos 40 começaram a acontecer debates sobre os direitos humanos. E como decorrências desses debates têm a Declaração Universal dos Direitos do Homem. Esse documento visa à universalização da educação como direito de todo cidadãos. A declaração tem como propósito que a sociedade por meio do ensino e da educação promova os direitos e liberdades oferecidas para todos os cidadãos.

Foi na década de 60 que houve a expansão das instituições, por exemplo, escolas especiais, centros de reabilitação, oficinas protegidas de trabalho, clubes sociais especiais, associações desportivas especiais, e etc. Nessas instituições foram criados ambientes semelhantes aqueles que a população vivenciava.

De acordo com Sassaki nesta fase onde os indivíduos eram excluídos da sociedade e do convívio familiar e na maioria das vezes atendidos em instituições religiosas e filantrópicas começaram a surgir em países que estavam em situação de desenvolvimento à educação especial para crianças com deficiência, conduzida por instituição voluntária que na maioria das vezes eram religiosas ou filantrópicas.

Surgiram também escolas especiais, assim como centros de reabilitação e oficinas protegidas de trabalho, pois a sociedade começou a admitir que pessoas com deficiência pudessem ser produtivas se recebessem escolarização e treinamento profissional. (SASSAKI, 2006, p.124)

Durante esse momento, muitas empresas ofereceram trabalhos para serem realizados pelas pessoas que eram excluídas da sociedade. A execução dessas tarefas era feita no interior das instituições e um dos objetivos era a mão-de-obra barata, uma forma de lucro mais fácil.

Na década de 80 foi criado o Programa de Ação Mundial Para as Pessoas com Deficiência como intuito de solicitar a participação plena das pessoas com deficiência na sociedade. Infelizmente existe uma contradição enorme no que diz no documento e o que é vivido na prática, pois a educação desses sujeitos tão solicitada desse período dos não consiste em preocupação pública, visto que esses indivíduos não eram necessários para a produção de mão de obra.

Durante estas décadas, as instituições especializadas ou escolas especiais que proliferaram em todo o mundo a partir de 1920, passam a ser mais questionadas e vistas pelos próprios indivíduos como locais inapropriados para sua escolarização. Na verdade se questiona o isolamento que estes ambientes proporcionam e os interesses

assistencialistas que se mantiveram, pois estiveram longe de garantir ao indivíduo chances de inserção social, profissional, educacional (SANTIAGO, 2011. P, 235 e236).

Os sujeitos com deficiências começaram a refletir sobre essas instituições especializadas ou escolas especiais e passaram a discutir o isolamento que esses espaços proporcionam, pois estavam muito distante de alcançar a inserção no âmbito social como um todo.

As Normais Uniformes sobre a Equiparação de Oportunidades para a Pessoas Portadora de Deficiência apresentaram as finalidades das obrigações dos Estados para com a igualdade de oportunidade para como esses sujeitos.

Os sujeitos com deficiências lutaram para que existisse igualdade entre todos, e que a educação fosse acessível a todas as pessoas. No entanto, no momento em que se inseriram na escola os indivíduos com deficiências, a mesma passou a isolar essas pessoas dos demais indivíduos, colocando-os em salas separadas, geralmente localizadas no fundo da escola, dando a eles ensino inferior em relação aos demais.

Nos anos 90 foi quando houve maior empenho em lutar pela inclusão social e educacional dos indivíduos com deficiências. O objetivo era de romper com a divisão entre a educação regular destinada às pessoas que não possuíam nenhum tipo de deficiência e com a educação especial proposta para aqueles com deficiências.

Na Conferência Mundial sobre Educação para Todos (1990) foi apresentada a Declaração Mundial. Neste documento consta reforma e inovações com finalidade de garantir a educação básica e de qualidade para todos os indivíduos incluindo as pessoas com deficiências.

Além de focalizar a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, a Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos objetiva expandir o enfoque de atuação, visando, dentro outras coisas: universalizar o acesso e promover a equidade; desenvolver uma política contextualizada de apoio nos setores social, cultural e econômico; mobilizar recursos e fortalecer a solidariedade internacional para a consecução dos seus objetivos, ou seja, o de educação para todos os povos de todas as nações, pois era patente a imensa diferença entre as classes sociais (SANTIAGO, 2011. p, 238).

### **III. A EDUCAÇÃO DA PESSOA SURDA**

#### **3.1. A Educação dos Surdos no Mundo**

A história mostra que as pessoas que possuíam alguma deficiência eram excluídas da sociedade, que o que restava para essas pessoas era as coisas mais desprezíveis. O surdo não gozava dos mesmos direitos civis que a sociedade reconhecia para os demais sujeitos, principalmente no que diz respeito ao casamento, pois não se consentia o casamento de dois surdos. De certa forma, persistiu por muito tempo a idéia de insignificância da pessoa surda até que surgiram algumas experiências de pessoas que se preocuparam em atender a necessidade do surdo. Cardano é um exemplo disto.

Girolamo Cardano, médico que tinha um filho surdo, acreditava que a surdez não o impedia de aprender e que o surdo poderia ser um ser muito inteligente. Mas, para isso deveria ser educado. No século XVI, Cardano já havia comprovado que a surdez não alterava a inteligência e que, portanto, o surdo era capaz de aprender, afirmando, ainda que: “a melhor forma para ensiná-lo seria através da leitura e da escrita”. Entretanto, é possível perceber que o ensino através da leitura e da escrita, que foi utilizado na educação de surdos, nessa época, não tinha correspondência com a instrução tal qual era seu significado na educação dos sujeitos sem deficiência. (SOARES, 1999, p.37)

Ele compreendia que os surdos precisavam ser alfabetizados, mas entendia que era um trabalho muito complicado. Contudo, não julgava algo impossível, pois todos poderiam expressar seus sentimentos através de gestos e palavras e este deveria ser o caminho para a escolarização dos surdos.

De todo modo, o grande avanço na educação de surdos só ocorre no ano de 1789, na França, quando foi criada por L'Epee a primeira escola de surdos, que utilizava a língua de sinais e que tinha por objetivo deixar o surdo entrosar-se na sociedade.

Com o tempo a escola de L'Epee obteve grandes resultados. Sendo assim, passa a ser reconhecida nacionalmente e transforma-se no Instituto Nacional de Surdos Mudos de Paris. Anos depois, com a morte de L'Epee o Instituto continua com seus seguidores que deram continuidade a esse trabalho e fundaram a Universidade para surdos no mundo. O maior representante deste feito foi o francês surdo Laurent Cler.

O movimento em respeito a língua do surdo e em defesa de que sua escolarização utilizasse o gestualismo como filosofia foi muito fecundo. Certamente,

não havia um consenso sobre o assunto, pois de outro lado estavam os seguidores de uma proposta oralista, ou seja, baseada na oralização (fala) do surdo. O oralismo entendia que o surdo precisava se normalizar e para isso precisava aprender a falar.

Os conflitos existentes entre estas duas tendências educacionais para escolarizar os surdos culminou com o Congresso de Milão, em 1880, onde ficou determinado que o método do oralismo deveria ser adotado em todo o mundo como a metodologia de ensino e comunicação para os surdos.

Segundo Soares (1999, p.34), “em 1880, quando se realizou o segundo Congresso, em Milão, foi rechaçado, o uso simultâneo de fala e gestos e o método recomendado foi o oral e puro”. Com a decisão no Congresso de Milão que o método oral era o eficaz, abolia-se a linguagem gestual, pois eles confiavam que o surdo sendo oralizado tinha mais expectativas de ser escolarizado e de aprender tudo o que fosse necessário.

### **3.2. O Processo de Exclusão e Inclusão dos Surdos no Brasil**

No Brasil, o processo não é tão diferente do resto do mundo. As tendências e as mudanças que aconteceram na Europa acabaram repercutindo na realidade do nosso país.

Assim como em outras partes do mundo, nos primórdios da educação brasileira, as pessoas com deficiência que pertenciam às classes baixas, isto é, as classes de trabalhadores ou eram escravos não possuíam oportunidade de ter uma educação e os mesmo eram condenados a morte, pois não tinham condições de suportar o trabalho duro que era reservado para eles nas fazendas. Mesmo se os indivíduos fossem livres não tinham possibilidade de adquirir uma educação de qualidade, enquanto os filhos da elite tinham profissionais contratados que asseguravam a sua educação. E, se esses indivíduos fossem surdos tinham muitas dificuldades em se escolarizar.

De acordo com Mazzotta (1996), a história educacional dos sujeitos com deficiência divide-se em dois marcos políticos: o primeiro se refere às iniciativas isoladas e o segundo marco está relacionado às iniciativas oficiais do âmbito educacional. Mas, tanto numa quanto noutra fase o surdo oriundo da classe dos trabalhadores tem suas chances de estudar drasticamente diminuídas.

Segundo Santiago (2011, p. 234) “é somente a partir do final do século XIX e, mais precisamente no século XX que temos registros detalhados das ações políticas

brasileiras com respeito à educação”. Mais precisamente no ano de 1857 foi criado o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, no Rio de Janeiro, onde funciona até os dias atuais. Atualmente é chamado de Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

A Educação dos surdos chega ao Brasil em 1857 pelas mãos do professor francês Hernest Huet que foi convidado pelo Imperador Dom Pedro II para trabalhar na educação dos surdos. Para isso ela usou o método de comunicação que foi usado com a Língua de Sinais Francesa.

No início os surdos eram estimulados a usar a língua escrita, falada e sinais, tendo por base os sinais franceses. Mas, em contato com surdos brasileiros, estes sinais sofreram mudanças e adaptações e foi criada a Língua Brasileira de Sinais.

Embora, a criação do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos represente um avanço no atendimento do surdo brasileiro, sua atenção voltou-se para a nobreza e os alunos que poderiam estudar neste ambiente eram indicados pelo imperador. Na sua fundação iniciou atendendo apenas 7 alunos e em 1872 passou a ser contabilizado 17 crianças matriculadas. No entanto, cabe destacar que no censo deste mesmo ano, o Brasil contabilizara 11.595 surdos.

As ações em prol dos surdos foram insignificantes. E, de acordo com Mazzotta (1996), é somente na década de 50 que vai aparecer uma ação de cunho mais político para as pessoas com deficiência. Criam-se, então algumas campanhas para valorizar a importância da pessoa com deficiência na sociedade e sensibilizar os não deficientes.

Em 1958 é lançada a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes da visão Em 1960, é a vez da Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais – a CADEME.

A sociedade civil também se vê obrigada a buscar esforços no sentido de ajudar pessoas com deficiência e em 1960, surgem as APAES – Associação de pais e amigos do excepcional e em 1961, a ABRADEF (Associação Brasileira dos Deficientes Físicos).

Neste processo de luta é criada a LDB 4.024/61 afirmando a participação e inserção das pessoas com deficiência nas escolas de todo país. Mas, embora apareça o compromisso na lei, a educação dos pobres com deficiência nunca foi preocupação para o governo, pois eles não acreditavam no progresso que as pessoas com deficiência teriam.

Não se fazia interessante para os políticos do nosso país investir em pessoas que já tinham um passado bem negativo quanto as suas capacidades, apenas fortalecia-se a

ideia de incapacidade dos mesmos. De algum modo, a segregação permanecera. Mas, as pessoas com deficiência não aceitaram pacificamente esta situação.

Um grande movimento antissegregacionista teve início na década de 60, mas, é apenas nos anos 80 que começa a se concretizar uma política em prol da inclusão, ou seja, pelo ingresso e a permanência dos alunos com deficiências no âmbito escolar.

### **3.3. A Criança Surda na Educação Infantil**

Com as mudanças que ocorriam desde os anos 80 a necessidade que se fortalece é a de tornar a escola inclusiva, de forma que permitia a toda pessoa com deficiência um espaço na escola. A inclusão exige que estudantes surdos estudem nas classes regulares e não fiquem mais segregados em classe especial.

A garantia de uma educação inclusiva desde os anos iniciais está disposta em vários documentos brasileiros. A garantia dos direitos educacionais dos surdos pode ser vistos já na Constituição Federal (1988) e na própria LDB (9.394) de 1996.

É na LDB Nº 9.394 que encontramos a primeira referência e destaque à educação infantil como parte da educação básica e direito de todos os brasileiros. Nesta LDB está destacado que a educação infantil tem por objetivo o desenvolvimento global da criança até os seis anos de idade (BRASIL, 1996).

Neste sentido, identificamos que a criança surda tem direito a estudar e começar o mais cedo possível para que possa desenvolver-se integralmente. Para isso, espera-se que as escolas e creches, responsáveis pela educação infantil estejam aparelhadas para receber o aluno surdo e promover sua inclusão.

Outro importante documento são as Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Infantil, documento produzido em 1998. Estas diretrizes têm por princípio “o respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas etc.” (BRASIL, 1998). Assim, entendemos que a criança surda deve ter sua diferença lingüística respeitada desde que entra na creche e que lá é o lugar de socialização e também de aprendizagem e de inclusão.

Além disto, as diretrizes defendem que toda criança tem “o direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil”, além do acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o

desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética e à estética.

A educação infantil é o momento onde deve acontecer também a socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais sem discriminação de espécie alguma. Portanto, nenhuma criança surda pode ser discriminada no ambiente escolar.

Na creche deve se privilegiar o atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento da identidade da criança, e a criança surda precisa ser respeitada e valorizada na sua diferença.

Desse modo, vemos que a criança surda desde a creche deve ter sua inclusão facilitada e garantida. É papel de todos que fazem a educação infantil, seja em creches ou pré-escolas, promover e defender a inclusão social.

A educação inclusiva nos dias atuais tem uma função muito relevante, pois está sendo desenraizada uma cultura onde o preconceito que se fortalecia diante das pessoas com qualquer deficiência. Muitas ações foram criadas para atender com qualidade as demandas de deficiências que perpassam as instituições de ensino. A luta é para que realmente seja efetivada essa inclusão, pois muitos profissionais da educação ainda não possuem o conhecimento necessário para receber na sala de aula um aluno com deficiência. Portanto, as instituições de ensino não deverão estar preocupadas apenas com as estruturas físicas da escola, e sim com a formação do professor que incluirá no ensino regular uma criança com deficiência.

Sobre isso, é importante destacar que:

Pensamos que o essencial é que todos os investimentos atuais e futuros da educação brasileira não devem repetir o passado, mas considerar, verdadeiramente, o papel da escola e de seus educadores ao ensinar a importância da diversidade em todas as suas manifestações, inclusive na nossa própria espécie. E para termos sempre presente que o nosso problema mais urgente e relevante, antes de toda e qualquer preocupação que possamos ter com os alunos que já estão nas escolas, é com os que estão fora delas e com tudo o que as torna injustas, discriminadoras e excludentes<sup>1</sup>.

No Brasil diante de tantas discussões e afirmações para a prática inclusiva, novos instrumentos foram criados. Os principais dispositivos legais são a Lei nº. 7.853/1989, a Lei nº. 10.172/2001, a Resolução CNE/CEB nº. 02/2001, a Lei nº. 4857/2002, o Decreto

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://educacaodesurdosnobrasil.blogspot.com>

nº 5.296/04, e o Decreto 5.626/05. Todos eles abordaram aspectos importantes da inclusão.

Com os dispositivos legais criados para garantir e regulamentar a educação especial foi permitido que as pessoas com deficiência fossem beneficiadas com os mesmos direitos garantidos às pessoas que não possuem nenhuma deficiência. A vida delas começou a ter mais relevância, pois eles começaram a sentirem-se cidadãos de direitos e importantes para uma sociedade que passou diversas épocas escondendo as pessoas que não se adequavam aos padrões de beleza que a sociedade exigia. O avanço ocorreu de forma muito intensa, pois de acordo com o processo histórico, as lutas foram muito fortes para que eles pudessem estar inseridos em todos os espaços da sociedade.

As escolas iniciaram um processo de adaptação, pois até então não existiam condições necessárias para inserir um aluno com deficiência numa turma de ensino regular. A partir disso, as escolas são obrigadas a matricular todos os alunos com deficiência nas instituições de ensino, permitindo-lhes uma educação de qualidade. Para que essa educação de qualidade fosse efetivada, foi preciso a aprovação do Plano Nacional de Educação, estabelecendo metas e definindo todas as necessidades para a educação de qualidade e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

O reconhecimento da LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), como língua oficial do surdo é outro importante movimento em favor da inclusão. A LIBRAS passou a ser uma disciplina que deve ser estudada a partir da matriz curricular do curso de formação de professores. Entende-se hoje que os professores de surdos precisam dominar essa língua para que seus alunos surdos interajam com o educador e ele possa fazer parte da comunidade surda. Portanto o professor dominando a LIBRAS torna-se um profissional bilíngue e não deixando apenas por parte do intérprete o conhecimento da língua brasileira de sinais.

Portanto, não está sendo fácil enfrentar os desafios, mas algumas vitórias já foram alcançadas pelo professor que atua na educação nos dias de hoje, e enfrentando as necessidades que as escolas necessitam hoje. É preciso seguir enfrentando as necessidades que as escolas revelam e buscar não praticar o preconceito do passado, que traumatizou muitas crianças pelos tratamentos que recebiam. É preciso também humanizar e ser consciente da diversidade, pois a sensibilização permite que os profissionais aprimorem-se nas suas necessidades, de maneira a atender a uma necessidade do outro que precisa ser inserido na sociedade.



## **IV. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

### **4.1. Tipo de Pesquisa**

Para os objetos desta pesquisa optamos por uma abordagem qualitativa, pois é a partir deste método que será revelado o que está sendo investigado neste grupo específico.

O método qualitativo é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e sentam. (MINAYO, 2008, p.57)

Desse modo, a pesquisa começou de natureza bibliográfica, a partir dos escritos que existem para aprimorar o conhecimento buscado.

Pesquisa bibliográfica designa de um levantamento de informações em documentos escrito, para a reposta ou solução de um problema de pesquisa, sendo realizado de forma metódica, independente ou como parte de um trabalho experimental. (CALDAS, 1986, p.38)

No segundo momento, optamos pela pesquisa de campo, que é importante, pois com o conhecimento que está sendo descoberto pelo pesquisador enriquecerá o trabalho que está sendo produzido. Segundo Caldas (1986, p. 202), “O trabalho de campo constitui-se numa etapa essencial da pesquisa qualitativa, que a rigor não poderia ser pensada sem ele”.

### **4.2. Campo de Pesquisa: Creche Berçário Clotilde Rodrigues Catão**

A pesquisa de campo se deu na Creche Berçário Clotilde Rodrigues Catão, situada à Rua Vereador Genival Guedes, S/N, no bairro Mário Andreazza na cidade de Bayeux/PB, região metropolitana que possui em média 40 mil habitantes, onde existe um índice muito alto de famílias em situação de vulnerabilidade social. A maioria das mães que matriculam os filhos na creche são mães solteiras, algumas trabalham e outras matriculam pela necessidade de que o filho tenha as refeições necessárias, pois em casa isso não é suprido.

O bairro é desprovido de necessidades básicas para o ser humano viver com qualidade de vida, pois todas as gestões que por ali passaram não tiveram nenhuma preocupação em garantir para essas pessoas saneamento básico, asfalto e calçamento

nas ruas, unidades de saúde com qualidade e etc. A população tornou-se descrente perante as situações, não acreditam nem mesmo nos profissionais de educação que estão ensinando seus filhos, pois pensam que eles são incapazes de estarem ocupando tal cargo. Mas, como não têm condições financeiras que seus filhos estudem em escolas consideradas por eles de qualidade, maltratam os professores e gestores das escolas, pois eles dizem que até os piores profissionais são colocados nas escolas do Mário Andreazza.

A referida Instituição Educacional de ensino infantil tem atualmente matriculado 250 crianças com idades entre 6 meses e 5 anos que ficam em horário integral das 7:00h às 17:00h. Atualmente tem uma (01) criança com deficiência auditiva, pois a gestão tem a pretensão de cumprir com as exigências das bases legais para inclusão.

A estrutura física é composta por 5 salas de aula, 1 dormitório, sala de coordenação, 1 banheiro social, 1 brinquedoteca, 2 banheiros de funcionários, 2 cozinhas com despensa, 1 refeitório, 3 banheiros adequados para crianças, sala de material de limpeza, 1 berçário, lavanderia, 1 solário, 1 espaço de banho coletivo, parquinho, pátio para recreação, guarita, material didático e pedagógico.

O quadro de funcionários é formado pela Diretora Titular e Diretora Adjunta, 7 professoras, 10 monitoras, 3 auxiliares de serviços gerais, 2 cozinheiras, porteiro e berçaristas. Todos os profissionais têm formação específica. As professoras têm formação pedagógica em nível superior ou estão em fase de conclusão de curso. Alguns têm especialização, e os monitores, porteiro, auxiliares de serviço têm formação em nível médio e experiência na área, pois é uma exigência do município.

A creche atualmente tem uma coordenação de Educação Infantil com uma equipe pedagógica responsável pelo acompanhamento do processo de aprendizagem das crianças, pois a educação infantil deixa de ser um espaço onde as crianças passavam o horário integral com cuidadoras e passa a ser um espaço de aprendizagem com atividades lúdicas e pedagógicas que contribui para o processo de aprendizagem das crianças nesta fase.

Todos os funcionários da creche são prestadores de serviço, apenas o porteiro é funcionário efetivo que trabalha no município há 20 anos, mas nesta instituição está desenvolvendo sua função há 5 anos. Infelizmente o quadro de funcionários efetivos do município é escasso para atender a necessidade da creche, pois os professores não querem trabalhar na creche por causa das condições de trabalho. Apenas alguns

professores e monitores ainda estão fazendo parte do quadro de funcionários, pois como é uma nova gestão municipal todos os prestadores de serviço são alterados.

O funcionário que é prestador de serviço nesta instituição trabalha em condições extremamente desfavoráveis, e ele precisa atender as necessidades que lhe são exigidas, se não ele é exonerado do cargo. Assim tem que trabalhar sem reclamar. Desta forma o trabalho pedagógico torna-se precário, por diversos motivos: as turmas superlotadas; não tem funcionário suficiente para contribuir com o trabalho do professor; os professores não têm tempo para planejar, etc. A política para o prestador de serviço é muito opressora, ele precisa estar submisso a tudo o que lhe for imposto, pois ele escolheu trabalhar e se não estiver satisfeito com seu trabalho sai do cargo para que outra pessoa assuma seu lugar. Isto conseqüentemente tem impacto no cotidiano da creche.

#### **4.3. Sujeitos da Pesquisa**

Os participantes da pesquisa foram: uma das professoras que leciona na turma, onde o aluno surdo está matriculado, a gestora da creche, a coordenadora da Educação Infantil e a mãe do aluno surdo.

Todos os sujeitos que foram entrevistados tem uma faixa etária de idade entre 25 a 42 anos e são todas do sexo feminino.

A professora é graduada em Pedagogia pela Universidade Vale do Acaraú. A gestora está concluindo a graduação em pedagogia pela universidade Interpa. A coordenadora da educação infantil tem graduação em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba-UFPB e especialização em psicopedagogia. Ea mãe possui o Ensino fundamental incompleto, é uma trabalhadora informal que para ajudar o seu esposo nas despesas da casa trabalha com reciclagem pelas ruas do bairro. Eles foram os escolhidos para serem entrevistados por estarem mais próximos da realidade dessa criança com deficiência auditiva e acompanharem o seu desenvolvimento, portanto, capazes de revelar dados sobre a inclusão do aluno surdo na educação infantil e nos mostrar se estão contribuindo nesta direção.

#### **4.4. Instrumentos da Pesquisa**

Para coleta de dados foi usado um questionário com questões abertas, elaborado especificamente para cada segmento. Após obter respostas dos sujeitos da pesquisa por meio do questionário aplicado passamos a analisar os respectivos resultados que serão

apresentados na análise de dados. Também o questionário foi instituído a partir de um procedimento qualitativo.

Esse tipo de método que tem fundamento teórico, além de permitir desvelar processos sociais ainda pouco conhecidos referentes a grupos particulares, propicia a construção de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias durante a investigação. Caracteriza-se pela empiria e pela sistematização progressiva de conhecimento até a compreensão da lógica interna do grupo ou do processo de estudo. Por isso, é também utilizado para a elaboração de novas hipóteses, construção de indicadores qualitativos, variáveis e tipologias. (MINAYO, 2008, p. 57)

O conteúdo analisado a partir do questionário trouxe uma grande contribuição para o conhecimento empírico. Partindo de um questionário com questões abertas, a riqueza do conhecimento é muito ampla e os dados são coletados com maior brevidade. Segundo Minado (2008, p.190), “o instrumento de pesquisa aberta é a descrição sucinta, breve, ao mesmo tempo abrangente, pelo entrevistado”.

Foi utilizado um questionário com questões abertas para cada participante da entrevista, cada questionário tinha entre 8 e 9 questões que abordava sobre: 1) o conhecimento sobre inclusão, 2) Sobre a surdez 3) trabalho pedagógico na sala de aula, 4) conhecimentos sobre base legal da inclusão, 5) as condições de vivência para o surdo, 6) perspectiva de vida para o surdo, 7) apoio necessário para a inserção do surdo na sala de aula, 8) a importância do intérprete de libras e a 9) qualificação dos professores para atender as necessidades do surdo. A análise segue os mesmos itens abordados nas perguntas.

#### **4.5. Apresentação e Análise de Dados**

Os dados serão analisados de acordo com as categorias identificadas nas perguntas e serão qualificados e apresentados a partir de cada grupo, ou seja, analisaremos cada questionário, a partir da especificidade do grupo: (1) Mãe; (2) Coordenadora; (3) Professora e (4) Gestora.

##### **4.5.1. Dados da Mãe**

A mãe identificada como R.C.S. tem 25 anos com ensino fundamental incompleto. Possui 03 filhos, sendo um deles com deficiência auditiva.

Com relação à 1ª questão sobre inclusão, a mãe respondeu que já ouviu falar, mas não soube explicar o que significava. De fato, a grande maioria dos familiares não tem informação a respeito da inclusão, o que impossibilita que questionem o que

acontece na creche ou luta por melhorias. Para as famílias sem informação tudo está bem.

Com relação a 2ª questão sobre se o filho com deficiência auditiva está incluído na Creche, a mesma responde que “sim” e quando foi questionada sobre o porquê, ela respondeu que “porque ele é muito quieto”(sic). Percebemos que ela não compreende o que significa inclusão e para ela basta que ele frequente a creche e fique quieto.

Na 3ª questão perguntamos se ela considera que seu filho possui os mesmos direitos e capacidades das outras crianças sem deficiência. Ela responde que sim. Pedimos, ainda, que explicasse e ela disse “porque ele tem mais contato com criança” (sic). Mais uma vez fica evidente o total desconhecimento da família. Isto confirma que as pessoas mais humildes geralmente não têm acesso à informação e ao conhecimento conforme vimos em épocas mais antigas.

Na questão 4 perguntamos: O seu filho já sofreu algum tipo de discriminação ou preconceito por ser surdo?. Ela responde que não. Nesse momento sentimos que ela não quis falar sobre o assunto, como se fosse algo sofrido para ela.

Ainda é muito intensa entre as pessoas a discriminação pela falta de conhecimento. Percebemos que a mãe ficou muito emocionada neste momento. Talvez por ela ter percebido o quanto o seu filho vai enfrentar dificuldades no decorrer da vida por possuir uma limitação ou pode ser por lembranças não muito agradáveis sobre discriminação sofrida. De fato, o preconceito que existe com relação às pessoas com deficiência, é real. Mas, nem sempre as famílias conseguem falar sobre ele ou mesmo enfrentá-lo.

Na questão 5 perguntamos como foi diagnosticada a surdez e como os pais se sentiram. Ela responde que aos 2 anos de idade ela percebia que a criança não respondia aos estímulos e brincadeiras, como se não entendesse o que as pessoas falavam, mas ele morava com a avó e quando ela questionava para a avó sobre o assunto ela dizia que o menino era normal e que compreendia tudo que era falado.

Assim percebe-se a resistência da família em aceitar a deficiência que a criança possui, daí, então, a busca por especialistas e a necessidade que se realizem os encaminhamentos necessários. Segundo a mãe, após buscar os especialistas e receber o laudo de que a criança era surda foi triste para a família, “pois sonhamos com os filhos sadios”(sic).

Na 6ª questão perguntamos quais os sonhos que ela tinha para seu filho. Ela responde com muito brilho nos olhos de emoção que espera que ele “cresça e se forme”

(sic). Percebemos que esta foi uma das questões mais comovedoras para a mãe, pois ela vive numa situação de extrema pobreza e quer ver o filho bem e ocupando os espaços que a sociedade oferece. Infelizmente, do ponto de vista histórico, sabemos que a situação dos surdos é muito difícil. Poucas chegam no nível superior. Além disso, fica claro que a classe social interfere muito nesta situação.

Na 7ª questão perguntamos o que ela acha que deveria melhorar para seu filho na creche. Ela responde que nada, pois ele está sendo bem cuidado e não precisa melhorar nada. Vimos aqui que a família humilde se contenta com qualquer ação social e não tem muita consciência dos direitos, portanto, não faz crítica.

#### 4.5.2. Dados da Coordenadora da Educação Infantil

Quando abordei a coordenadora da Educação Infantil para que participasse da pesquisa de campo que estava fazendo para análise de dados da monografia da conclusão do curso de pedagogia senti um pouco de resistência. Primeiro ela é muito ocupada, mas talvez por não ter o conhecimento na área de inclusão, ficou receosa. Foi a pesquisada mais difícil, pois ela apresentou alguns obstáculos, como por exemplo: se não poderia pedir para outra pessoa responder as questões; só entregaria depois pois existe algumas perguntas que para serem respondidas precisa de algumas pesquisas. Sendo assim, expliquei que era importante as suas repostas e aguardava a entrega do questionário.

A coordenadora da Educação Infantil como M.R.V.D.R tem 42 anos e com formação superior em pedagogia, com habilitação e supervisão escolar pela UFPB e especialização em psicopedagogia. Já tem experiência de 20 anos na área educacional.

Na 1ª questão sobre inclusão perguntei: O que é inclusão para você? Ela responde que “é um termo muito usado e pouco respeitado hoje”. Refere-se a todas as pessoas que, de alguma forma, estão excluídos do seu meio social. Vai bem além da inclusão de pessoas com alguma necessidade especial. Sua resposta tem certo conhecimento sobre a inclusão.

Com relação à questão 2ª pergunta se existe algum artigo que regulamenta na Educação Infantil a Educação Especial e a inclusiva? Ela responde que sim, que no município existe um setor especializado para dar apoio dentro e fora da escola. Para cada criança com necessidade especial, contratamos um cuidador para dar assistência e apoio individual. Nesta resposta observamos que a coordenadora conhece a proposta da secretaria e a defende.

Na 3ª questão perguntamos se as creches do município possui algum tipo de apoio pedagógico para a criança com deficiência auditiva. A mesma responde que sim, e “que temos salas de recurso com alguns materiais para surdos, jogos no computador e psicopedagogos para conduzir” (sic). O atendimento está disponível nas escolas pólos, que procura a direção da escola para o encaminhamento no horário oposto. Nas creches a mãe precisa procurar a unidade mais próxima da sua casa e levar a criança e, além disso está disponível para a criança o intérprete de Libras para facilitar a sua comunicação. Portanto, do ponto de vista estrutural parece que a educação infantil é bem assessorada.

Na 4ª questão perguntamos se a coordenação do município tem percebido a demanda de crianças com deficiência que vem frequentando as escolas de Educação Infantil e Creche, e como está sendo este trabalho para atender as crianças e se a coordenação recebe capacitação neste sentido? Ela respondeu que sim, e que as capacitações estão acontecendo principalmente para quem está na sala de recursos, “sabemos que o desafio é grande! O ideal é que todos sejam capacitados, me refiro a merendeiros, porteiros, etc. Afinal, a inclusão engloba todos que fazem parte da escola/creche. Por isso, assumimos com humildade e transparência, que temos plena consciência que ainda falta muito para que a inclusão aconteça de fato”(sic).

Na 5ª questão perguntamos: você se considera preparada para promover a inclusão de crianças surdas nas creches? Ela responde com outro questionamento “será que estar preparado é uma garantia de que ela vai acontecer”(sic). Existem outras situações que impede que o trabalho avance de fato, pois a política de governo não apenas necessita de profissionais preparados. Mas, a coordenadora não diz o que apolítica de governo precisa.

Na 6ª questão sobre as necessidades que percebe que a creche precisa para realizar a inclusão, ela responde que é preciso palestras e capacitações nas unidades. Segundo ela “capacitar alunos e educadores é muito relevante, ter sala de recurso em cada unidade de ensino toda equipada e com profissionais capacitados e a inclusão no PPP (Projeto Político Pedagógico) não apenas no papel”. (sic)

#### 4.5.3. Dados da Professora

A professora A.S.O tem 34 anos, curso superior em pedagogia pela UVA – Universidade Vale do Acaraú tem experiência na área a 10 anos. Com relação à 1ª questão que tratava sobre inclusão e inclusão de surdos, ela responde que é atuou forma

de incluir algo. É incluir de forma normal sem nenhuma discriminação. Consideramos esta resposta bastante vaga, sem muita precisão.

Com relação à 2ª questão sobre o conhecimento em libras, ela responde que não possui. E, embora tenha um aluno com deficiência auditiva em sala, não se constrange ao responder, nem esforço o desejo de aprender libras.

Na 3ª questão perguntamos: “como é ter um aluno surdo na turma? Ela responde que é difícil: E acrescenta, para quem tem conhecimento em libras é fácil, mas pra quem não tem é torna-se difícil”. (sic) Neste momento, mesmo reconhecendo a dificuldade, a professora não manifesta o desejo de aprender libras.

Na 4ª questão perguntamos a ela quais os recursos que ela possui para trabalhar com o surdo. Ela responde que não existem materiais. Não sabemos se, de fato, não existem na creche ou se a professora não conhece.

Com relação à 5ª questão, perguntamos: o aluno já conhece libras? Ela responde que não. Ficamos refletindo como está ocorrendo sua intenção na creche. Se a criança não ouve, não usa libras como ela se comunica?

Na 6ª questão, perguntamos como é sua comunicação com o aluno surdo. Ela responde que é através de leitura labial. Neste momento, percebemos que a professora se envergonha de como se comunica com a criança. De fato, é muito pouco uma comunicação com surdo neste nível.

Na 7ª questão, perguntamos o que ela acha necessário para que esse aluno seja incluído e possa participar de todas as atividades com as outras crianças, e a creche oferece algum tipo de apoio. Ela responde que é preciso um profissional qualificado e um intérprete, e que não tem nenhum apoio. Desse modo, vemos que a inclusão do aluno surdo desde a educação infantil não tem como acontecer de verdade.

Com relação a 8ª questão o que você enquanto educadora pretende fazer para atender as necessidades dos alunos com deficiência? Ela responde que buscar qualificações necessárias através de cursos de especialização em cada área de deficiência. Pois cada deficiência é diferente da outra. É difícil dizer se esta fala da professora é real ou apenas é mais uma promessa.

#### 4.5.4. Dados da Gestora

A gestora identificada como J.O.S.A. tem 47 anos, é graduada em pedagogia com 16 anos de experiência na educação infantil.



Com relação à 1ª questão sobre inclusão, ela responde que “é colocar a pessoa no meio da sociedade, fazendo com que ela esteja sempre em contato direto com outras pessoas”. Na verdade, só o contato, não é inclusão. No passado, as pessoas com deficiência foram segregadas e excluídas e hoje?

Na 2ª questão, perguntamos se na creche a criança surda está incluída, e pedimos que ela explicasse por que. Sua resposta foi que sim, pois ela está diretamente incluída com outras crianças, pois seu desenvolvimento é normal e ela é muito capacitada.

Compreendemos a resposta da gestora. Se, para ela, incluir é quando as pessoas estão juntas, de fato ela pode considerar o aluno surdo incluído.

Na 3ª questão, perguntamos se os profissionais da creche foram ou estão sendo preparados para incluir uma criança com deficiência auditiva nas atividades escolares. Ela responde que “os profissionais dão o seu melhor de acordo com o que temos em nossa creche, em nossa realidade”. (sic) Vemos que a gestor não ousa questionar o que é oferecido.

Com relação à questão 4, perguntamos quais os meios, recursos e materiais disponíveis na creche para apoiar a criança surda. Ela responde que no momento “não há recursos para essa criança, os professores buscam soluções através do entendimento da leitura de lábios, onde o mesmo tem um bom entendimento”. (sic)

Mais uma vez, percebemos que a criança surda da creche Clotilde Rodrigues Catão vive com pessoas que pouco ou nada entendem da surdez e que tem uma visão muito semelhante ao da integração, ou seja, basta a matrícula na escola e a presença física junto a outras crianças.

Na 5ª questão, perguntamos como ocorre a comunicação entre a criança surda e os profissionais da creche, ela responde que nesta unidade a criança compreende bem através dos gestos e dos lábios. Neste momento percebemos que a gestão tenta argumentar que faz um trabalho com qualidade para esta criança, e explica que tudo não depende dela, pois existe uma política que impede o crescimento do sistema educacional. Aqui vemos a contradição, noutras questões, ela defendia apolítica de governo e nesse momento tenta culpar a política.

Com relação à 6ª questão perguntamos qual o papel da gestora na inclusão de crianças com deficiência na creche e pedimos que a mesma explicasse. Ela responde que busca meios competentes para solucionar e buscar o intérprete para que o mesmo seja alfabetizado. Mas que contradição, pois em respostas anteriores a gestora afirmava que a leitura labial era suficiente e agora diz que busca o intérprete.

Na 7ª questão perguntamos: que tipo de ajuda você solicitaria para melhorar sua formação, de maneira a contribuir com a inclusão de estudantes surdos na creche? Ela responde que um intérprete, acompanhamentos com uma psicopedagoga e buscando trazer a família para esse acompanhamento. Não entendemos a necessidade de uma psicopedagoga para um aluno surdo. Isto nos faz lembrar um período da história quando as pessoas compreendiam o surdo como um doente.

A gestão da creche acredita que é muito relevante incluir os alunos com deficiência em todas as atividades que a mesma realiza, buscam cumprir as propostas de inclusão e o que as legislações garantem mesmo não tendo a compreensão sobre a inclusão que de fato deve existir.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa percebi que estamos distantes da inclusão que está pautada nas legislações, pois ainda existe muita resistência da sociedade com as pessoas que possuem deficiência auditiva ou qualquer outra deficiência. Vivemos numa sociedade que busca um padrão de “perfeição” que exclui os que não se enquadram neste perfil.

Infelizmente a sociedade não busca conhecer as deficiências existentes e dessa forma fortalece a exclusão, que impede muitas vezes que elas ocupem o espaço na sociedade por sentirem incapazes por possuir uma limitação. A luta pela inserção da pessoa com deficiência auditiva é muito antiga, muito tem evoluído, inclusive as nomenclaturas que tiveram outros significados com relevância para quem convivia com palavras que significava incapacidade.

Escolhi esta temática por perceber que existe uma necessidade de conhecimento sobre surdez, para melhorar minha prática enquanto educadora. No decorrer da minha caminhada profissional vou me deparar com crianças com deficiência auditiva que irão necessitar do meu conhecimento para ser uma educadora que contribua com sonho da inclusão de verdade. Sinto a necessidade de que o surdo precisa ser valorizado, pois ele possui muitos talentos e que podem estar gozando dos direitos que o cidadão possui garantidos pela constituição, inclusive frequentar a escola que precisa está se adaptando para atender as suas necessidades.

Desta forma, garantindo os direitos que as pessoas com deficiência possuem, a sociedade seria democrática e participativa com todos os segmentos da sociedade, mas não garantem que além da matrícula na creche elas aprendem com qualidade.

Portanto, pude notar que as leis que foram instituídas para a educação especial tem permitido beneficiar a muitos que estavam à margem da sociedade. Mas, ainda existe dificuldades de se cumprir as determinações legais, principalmente quando os profissionais não estão preparados.

Diante desta pesquisa deixo para os profissionais da área de educação infantil e demais grupos da sociedade que é preciso uma formação específica sobre a inclusão e a criança surda; ter conhecimento sobre a respectiva temática, pois como educadores sempre iremos receber em nossas turmas muitas crianças com deficiência, pois somos nós os pedagogos que contribuimos no processo de alfabetização e formação cidadã de cada um.

Faz-se necessário que cada educador busque conhecimento sobre a deficiência auditiva para que sua prática pedagógica não seja deficiente e exclusiva para este público. Um professor, coordenador ou gestor que não sabe o que significa ser surdo, não conhece a Libras e não tem uma visão clara da inclusão, pode comprometer todo o processo. Conforme vimos na pesquisa de campo, os profissionais são desinformados sobre a inclusão do surdo e acreditam que é suficiente matriculá-lo na creche.

Por outro lado, as famílias não entendem o real significado da inclusão, consequentemente não notam as lacunas que existem no atendimento da criança surda na creche e não conseguem questionar o tipo de atendimento que ele está recebendo.

Consideramos que o aluno surdo não está incluído na creche. E nos preocupa, pois a educação infantil é o início de tudo; são o período onde deveriam estar presentes todas as condições necessárias para o pleno desenvolvimento da criança surda. E o ensino das Libras para a criança é fundamental para que ele dê significado ao mundo a sua volta.

Não podemos aceitar a forma como estão sendo tratadas as crianças nas instituições de ensino responsáveis pela educação infantil. Entendemos que os alunos surdos precisam apenas de educação de qualidade e apoio necessário para o seu desenvolvimento, pois são pessoas inteligentes e capazes. A incapacidade está nos adultos em volta do surdo que não conseguem se comunicar com ele.

Precisamos quebrar esta idéia de que incluir a criança no ensino regular é apenas matricular na escola. Quando não se oferece um atendimento educacional especializado, nenhum apoio, nenhum recurso, não se consegue fazer a inclusão. É preciso fazer valer os direitos que os cidadãos possuem e garantir a inclusão de direito para as crianças surdas desde a educação infantil.

Para refletir sobre as mudanças que precisamos efetivar na prática da educação infantil para que a inclusão aconteça, finalizo esta monografia com uma frase do Livro de Runas:

Significa que o modo como conduzimos nossa área até agora “ultrapassou a própria forma, e esta forma precisa morrer, a fim de que seja liberada energia vital para um novo nascimento, uma nova forma”: o paradigma da Educação Inclusiva (In: GLAT, 2009).

## REFERÊNCIAS

- BORTONI-Ricardo, Stella Maris, 1945 -**O professor pesquisador: introdução a pesquisa qualitativa**– São Paulo: Parábola editorial, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** – Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. **Constituição Federal**, 1988.
- DORZIAT, Ana. **O outro da educação: pensando a surdez com base nos temas Identidade/Diferença, Currículo e Inclusão**. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- CALDAS, Estudo de revisão da literatura : fundamentação e estratégia metodológica. São Paulo: Brasília. Editora HUCITEC, INL. 1986
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes escolares à prática educativa**. – São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GLAT, Rosana. **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. – Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.
- GOLDFELD, Márcia. **A criança Surda: Linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. – 2ª ed. – São Paulo: Plexus Editora, 2002.
- INES. Disponível em: <http://educacaodesurdosnobrasil.blogspot.com>. Acesso em: 22 de Fevereiro de 2013.
- MAZZOTTA, Marcos J.S. **História e políticas públicas** – São Paulo: Vozes, 1996.
- MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. **Educação e inclusão social das pessoas com necessidades especiais: desafios e perspectivas** – João Pessoa, editora universitária, 2007.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. **Construindo uma sociedade para todos** – 7ª ed.- RJ: editora WVA, 2006.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. – 11ª ed. – São Paulo: Hucitec, 2008.
- SANTIAGO, Sandra A.S. **A Política de inclusão das pessoas com deficiência no Brasil**. Recife: Mestrado em Educação, 2003.
- \_\_\_\_\_. **A História de Exclusão das pessoas com deficiências**. João Pessoa: Editora Universitária, 2011.

SOARES, Maria Aparecida Leite. **A educação do surdo no Brasil**. – Campinas, SP: Autores Associados: Bragança Paulista, SP: EDUSF, 1999.

UNESCO, Conferência Mundial sobre Educação para todos.

## **APÊNDICE**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**Prezado (a) Senhor a)** \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Esta pesquisa é sobre A Inclusão de Surdos na Educação Infantil: Algumas Reflexões e está sendo desenvolvida por Milane Rocha de Oliveira, aluna do Curso de Pedagogia, da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do (a) Profa. Dra. Sandra Alves da Silva Santiago.

O objetivo do estudo é compreender a inclusão do estudante com deficiência auditiva na Creche Berçário Clotilde R. Catão, Com este propósito, solicitamos a sua colaboração para realizar entrevista, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em banca examinadora para aprovação do nosso Trabalho de conclusão de curso - TCC.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o (a) senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador.

O pesquisador estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

\_\_\_\_\_  
Rubrica do Participante da Pesquisa

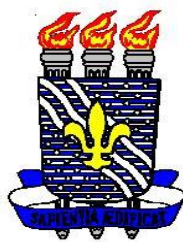
Contato com o Pesquisador (a) Responsável: Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a) Milane Rocha de Oliveira  
Telefone: 8612-0145

Endereço: R: São João, 135 – Bayeux - PB

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador Responsável





UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA – UFPB

CENTRO DE EDUCAÇÃO – CE

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

ALUNA: MILANE ROCHA DE OLIVEIRA

PROFA. DRA. SANDRA SANTIAGO

QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES

I-Dados de Identificação

Iniciais: \_\_\_\_\_

Cargo/ função: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Tempo de Experiência: \_\_\_\_\_

Curso de Graduação: \_\_\_\_\_

Especialização: \_\_\_\_\_ Qual: \_\_\_\_\_

Mestrado: \_\_\_\_\_ Área: \_\_\_\_\_

Doutorado: \_\_\_\_\_ Área: \_\_\_\_\_

II- Para você o que é inclusão? E inclusão de surdos?

---

---

III- Você tem conhecimento em libras?

---

IV- Como é ter um aluno com surdo na turma?

---

---

V- Quais os recursos que você possui para trabalhar com o aluno surdo?

---

---

VI- Ele já conhece a libras?

---

VII- Como é a sua comunicação com o aluno surdo?

---

---

---

VIII- O que você acha necessário para que esse aluno seja incluído e possa participar de todas as atividades com as outras crianças? A creche oferece algum tipo de apoio?

---

---

---

IX- O que você pretende fazer como educadora para atender a necessidade de alunos que possui deficiência?

---

---



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA – UFPB  
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CE  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC  
ALUNA: MILANE ROCHA DE OLIVEIRA  
ORIENTADORA: PROFA. DRA. SANDRA SANTIAGO

QUESTIONÁRIO PARA COORDENADORA

I-Dados de Identificação

Iniciais: \_\_\_\_\_  
Cargo/ função: \_\_\_\_\_  
Idade: \_\_\_\_\_  
Tempo de Experiência: \_\_\_\_\_  
Curso de Graduação: \_\_\_\_\_  
Especialização: \_\_\_\_\_ Qual: \_\_\_\_\_  
Mestrado: \_\_\_\_\_ Área: \_\_\_\_\_  
Doutorado: \_\_\_\_\_ Área: \_\_\_\_\_

II- Para você o que é inclusão?

---

---

---

III- As Diretrizes Curriculares da Educação Infantil tem algum artigo que regulamenta a Educação Especial e a inclusão?

---

---

IV- As creches do município possuem algum apoio pedagógico para a criança com deficiência auditiva (surdo). Explique.

---

---

V- A coordenação do município tem percebido a demanda de crianças com deficiência que vem frequentando as escolas de Educação Infantil e Creche. Como está sendo o trabalho para atender essas crianças? A coordenação recebe capacitação neste sentido?

---

---

---

VI- Você se considera preparado (a) para promover a inclusão de crianças surdas na creche? Explique.

---

---

---

VII – Que necessidades você percebe na creche para realizar a inclusão?

---

---

---



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA – UFPB  
 CENTRO DE EDUCAÇÃO – CE  
 LICENCIATURA EM PEDAGOGIA  
 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC  
 ALUNA: MILANE ROCHA DE OLIVEIRA  
 ORIENTADORA: PROFA. DRA. SANDRA SANTIAGO

QUESTIONÁRIO PARA GESTOR

I-Dados de Identificação

Iniciais: \_\_\_\_\_  
 Cargo/ função: \_\_\_\_\_  
 Idade: \_\_\_\_\_  
 Tempo de Experiência: \_\_\_\_\_  
 Curso de Graduação: \_\_\_\_\_  
 Especialização: \_\_\_\_\_ Qual: \_\_\_\_\_  
 Mestrado: \_\_\_\_\_ Área: \_\_\_\_\_  
 Doutorado: \_\_\_\_\_ Área: \_\_\_\_\_

II- Para você o que é inclusão?

---



---



---

III- Na Creche você considera que a criança com deficiência auditiva (surdo) está incluída? Explique.

---



---



---

IV- De que maneira os profissionais da creche foram ou estão sendo preparados para incluir a criança com deficiência auditiva nas atividades escolares?

---

---

V- Quais os meios, recursos e materiais disponíveis na Creche para apoiar a inclusão da criança surda?

---

---

---

VI – Como ocorre a comunicação entre a criança surda e os profissionais da creche?

---

---

VII – Qual seu papel na inclusão de crianças com deficiência na creche? Explique.

---

---

---

VIII – Que tipo de ajuda você solicitaria para melhorar sua formação, de maneira a contribuir com a inclusão de estudantes surdos na creche?

---

---

---



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA – UFPB  
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CE  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC  
ALUNA: MILANE ROCHA DE OLIVEIRA  
ORIENTADORA: PROFA. DRA. SANDRA SANTIAGO

QUESTIONÁRIO PARA MÃE

I-Dados de Identificação

Iniciais: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_

Quantos filhos: \_\_\_\_\_

II- Você já ouviu falar sobre inclusão? O que você entende por inclusão?

---

---

III- Você acha que seu filho está incluído na Creche? Por quê?

---

---

IV- Você considera que seu filho possui os mesmos direitos e capacidades de outra criança sem deficiência? Explique.

---

---

V- Seu filho já sofreu algum tipo de discriminação ou preconceito por ser surdo? Explique. Qual foi sua atitude?

---

---

VI- Quando foi diagnosticada a surdez? Como foi o processo de diagnóstico? Como os pais se sentiram?

---

---

VII- Quais os sonhos que a senhora tem para seu filho?

---

---

VIII- O que gostaria de melhorar na creche para que seu filho?

---

---

---